

## 1. INTRODUÇÃO

No âmbito do planeamento e do desenvolvimento municipal, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas da autarquia e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de Abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito. – n.º 2 do art.º 49º, al. c) do n.º 2, art.º 53º e al. d) do n.º 2 do art.º 64º, todos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.

Sendo que, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, cabe ao órgão executivo remeter aqueles documentos ao Tribunal de Contas, até ao dia 30 do mesmo mês de Abril. – n.º 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, alterada e republicada pela Lei nº 48/06, de 29 de Agosto e n.º 1 do art.º 51º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.

Na elaboração das contas, que ora se apresentam, foram respeitadas as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54 A/99, de 22 de Fevereiro.

Na sua organização e documentação foram observadas também as instruções do Tribunal de Contas aprovadas por Resolução nº 4/2001 – 2ª Secção, de 12 de Julho, publicadas na II Série do D.R. nº 191, de 18 de Agosto de 2001.

Pelos motivos mencionados nas notas ao balanço e à demonstração de resultados, o balanço que instrui o presente processo não traduz ainda a verdadeira situação patrimonial da autarquia, nem permite a avaliação rigorosa de alguns indicadores de gestão.

Pelo que, na análise dos documentos de prestação de contas que ora se apresentam, deverá tomar-se em consideração as mencionadas condicionantes.

De acordo com o referido no ponto 2 do POCAL, consideram-se como documentos de prestação de contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

O processo em análise integra todos esses documentos e respeita a estrutura definida no POCAL. A sua ordenação encontra-se estabelecida no índice geral.

No que ao conteúdo do **relatório de gestão** concerne, determina o ponto 13 do POCAL que este documento deve contemplar, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) A situação económica relativa ao exercício e a análise da evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade, designadamente no que respeita ao investimento;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;
- c) A evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros, nos últimos três anos, individualizando, neste último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.



---

**AROUCA**

A análise da situação económica e da situação financeira da autarquia será efectuada conjuntamente, mais adiante, em capítulo próprio, por estas consubstanciarem informações, entre si, complementares.

A evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade é analisada já de seguida, no ponto 2 deste relatório, tendo por base, essencialmente, os principais instrumentos de gestão municipal: o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano, que integram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes (AMR).

## 2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL E DAS OPÇÕES DO PLANO

### 2.1 . EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

#### 2.1.1. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

O orçamento da receita e da despesa para 2006, bem como as modificações que lhe foram introduzidas durante a sua execução, constam deste processo, a folhas 34 a 55 e 180 a 264 respectivamente.

Os resultados da execução orçamental encontram-se reflectidos nos mapas de controlo a folhas 56 a 87 deste mesmo processo.

O nível de execução orçamental em relação ao inicialmente previsto é, em síntese, o seguinte:

RECEITAS				
Natureza	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	8.200.000,00	8.955.297,14	755.297,14	9,21
Capital	12.206.000,00	6.801.176,49	-5.404.823,51	-44,28
<b>Total</b>	<b>20.406.000,00</b>	<b>15.756.473,63</b>	<b>-4.649.526,37</b>	<b>-22,79</b>

**quadro I**

DESPESA				
Natureza	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
Correntes	8.184.000,00	7.435.194,19	-748.805,81	-9,15
Capital	12.222.000,00	8.012.447,52	-4.209.552,48	-34,44
Total	20.406.000,00	15.447.641,71	-4.958.358,29	-24,30

#### Quadro II

Os quadros I e II que antecedem mostram-nos que a execução orçamental no ano da gerência atingiu a nível da receita e da despesa as percentagens de 77,21% e de 75,70%, respectivamente.

Como é sabido, o orçamento é um documento de previsão, onde são previstas as receitas a cobrar e as despesas a realizar durante um determinado período de tempo.

É, por conseguinte, um instrumento de gestão meramente previsional, muito condicionado, em que o nível de execução é fortemente influenciado por factores externos, alheios à vontade dos órgãos da administração municipal, facto que é de realçar num município como o nosso, considerando a dependência financeira a que está subordinado na concretização dos seus objectivos.

Daí que, há, como sempre houve, receitas que não chegam a arrecadar-se e despesas que não podem realizar-se.

De qualquer modo, pode ver-se no quadro I que dos €20.406.000,00 inicialmente previstos, o Município arrecadou receita efectiva no valor de €15.756.473,63, o que corresponde, como já se referiu, a cerca de 77% do previsto.

Se se tiver em consideração a natureza deste instrumento de gestão, os condicionalismos apontados e as restrições ditadas pela situação económica do País, poder-se-á concluir que o orçamento municipal em 2006, mesmo assim, atingiu um índice de execução significativo.

Quando à despesa, verifica-se, pela análise do quadro II, que perante igual previsão de €20.406.000,00 se realizaram despesas no valor de €15.447.641,71, ou seja, mais de 75% do inicialmente previsto.

É que o orçamento municipal, para além de um instrumento de previsão das receitas e das despesas, é também um plano financeiro que, quando acompanhado de um processo de controlo eficiente, permite compatibilizar a realização das despesas com as receitas efectivamente arrecadadas, garantindo, assim, que aquelas só possam ser realizadas quando estas forem suficientes para lhes dar cobertura.

No ano da gerência em apreciação, conformou-se o nível de execução orçamental das despesas com os recursos efectivamente disponíveis, garantindo-se, desta forma, uma gestão de tesouraria equilibrada e a saúde financeira das finanças municipais.

#### **2.1.2. DESVIOS ENTRE A PREVISÃO E A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Os quadros III e IV que se seguem, analisados conjuntamente com os mapas de controlo orçamental que instruem este processo, a folhas 56 a 87 mostram com clareza os desvios verificados entre as receitas e despesas previstas e as efectivamente realizadas, por cada um dos capítulos da classificação económica.



**AROUCA**

RECEITAS				
Class.económica	Previstas	Arrecadadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Impostos Directos	1.224.000,00	1.347.332,48	123.332,48	10,08
02-Impostos indirectos	53.000,00	62.069,36	9.069,36	17,11
04-Taxas,multas e outras penalidades	142.500,00	167.288,25	24.788,25	17,40
05-Rendimentos de propriedade	680.000,00	740.304,08	60.304,08	8,87
06-Transferências correntes	5.091.600,00	5.546.715,15	455.115,15	8,94
07-Venda de bens e serv.correntes	788.100,00	857.362,62	69.262,62	8,79
08-Outras receitas correntes	220.800,00	234.225,20	13.425,20	6,08
<b>Soma das receitas correntes</b>	<b>8.200.000,00</b>	<b>8.955.297,14</b>	<b>755.297,14</b>	<b>9,21</b>
09-Venda de bens de investimento	1.382.900,00	4.760,00	-1.378.140,00	-99,66
10-Transferências de capital	9.895.300,00	6.121.688,76	-3.773.611,24	-38,14
11-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	927.800,00	674.727,73	-253.072,27	-27,28
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma das receitas de capital</b>	<b>12.206.000,00</b>	<b>6.801.176,49</b>	<b>-5.404.823,51</b>	<b>-44,28</b>
<b>Total das receitas</b>	<b>20.406.000,00</b>	<b>15.756.473,63</b>	<b>-4.649.526,37</b>	<b>-22,79</b>
Saldo da gerência anterior	214.014,47			
<b>Total geral</b>	<b>20.620.014,47</b>			

Quadro III

DESPESAS				
Class.económica	Previstas	Realizadas	Diferenças	
			Valor	%
01-Despesas com pessoal	3.360.100,00	3.084.873,68	-275.226,32	-8,19
02-Aquisição de bens e serviços	3.603.600,00	3.451.868,74	-151.731,26	-4,21
03-Juros e outros encargos	100.600,00	87.515,41	-13.084,59	-13,01
04-Transferências correntes	893.700,00	691.264,40	-202.435,60	-22,65
06-Outras despesas correntes	226.000,00	119.671,96	-106.328,04	-47,05
<b>Soma das despesas correntes</b>	<b>8.184.000,00</b>	<b>7.435.194,19</b>	<b>-748.805,81</b>	<b>-9,15</b>
07-Aquisição de bens de capital	10.879.300,00	7.038.993,77	-3.840.306,23	-35,30
08-Transferências de capital	974.800,00	622.241,45	-352.558,55	-36,17
09-Activos financeiros	1.500,00	0,00	-1.500,00	-100,00
10-Passivos financeiros	366.400,00	351.212,30	-15.187,70	-4,15
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma das despesas de capital</b>	<b>12.222.000,00</b>	<b>8.012.447,52</b>	<b>-4.209.552,48</b>	<b>-34,44</b>
<b>Total geral</b>	<b>20.406.000,00</b>	<b>15.447.641,71</b>	<b>-4.958.358,29</b>	<b>-24,30</b>

**Quadro IV**

No âmbito da receita, os rendimentos que mais contribuíram para que a execução orçamental ficasse aquém do previsto, foram os que integram os seguintes capítulos:

- *Venda de bens de investimento* – É o capítulo que apresenta o nível de execução mais reduzido. Para o efeito, releva o facto de não ter sido concretizada a venda de todos os terrenos que a Câmara pretendia alienar, designadamente alguns dos lotes de terreno destinados à instalação de indústrias.
- *Transferências de capital* – Ficou aquém do previsto em cerca de 38%. Para tanto contribui o facto das partições financeiras previstas para o ano em análise de fundos comunitários, provenientes do FEDER e FEOGA, e de diversos contratos-programa ou protocolos em vigor celebrados com a Administração Central, designadamente com o Instituto Nacional de Desporto, Instituto Português do Livro e da Leitura, Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Direcção-



Geral dos Transportes Terrestres e Instituto de Turismo de Portugal, não terem sido transferidas de acordo com a programação inicialmente prevista.

- *Passivos financeiros* – A libertação das verbas provenientes de empréstimos é efectuada de acordo com a execução das obras que visam financiar. Daí que a receita inscrita neste capítulo não tenha sido arrecadada na totalidade, com o consequente desvio de execução orçamental em relação ao inicialmente previsto.

Já no que se refere à receita corrente, todos os capítulos apresentam um nível de execução superior ao inicialmente previsto.

Dos que apresentam um índice de execução superior, destacam-se, em termos de valor absoluto, os seguintes capítulos:

- *Impostos directos* - Com uma diferença para mais de cerca de €123.000,00, facto que resulta fundamentalmente do aumento da receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Sobre Veículos, em relação ao previsto, embora se verifique também uma quebra da receita prevista relativa ao Imposto Municipal sobre Transmissões de imóveis e aos Impostos Abolidos (Contribuição Autárquica e Sisa).
- *Taxas, multas e outras penalidades* - apresenta um acréscimo de cerca de €25.000,00 em relação ao previsto, divergência que resultou do aumento da receita proveniente de coimas e de penalidades por contra-ordenação.
- *Rendimentos de propriedade* – arrecadou-se cerca de €60.000 a mais em relação ao previsto, valor que provém do aumento da receita proveniente de juros de depósitos em bancos e outras instituições financeiras, rendas de terrenos (baldios à Portucel,SA) e renda da rede eléctrica à E.N..

- *Transferências correntes* - contabiliza a mais cerca de €455.000,00. Este desvio resultou, essencialmente, das transferências efectuadas pela Direcção Regional de Educação do Norte, para co-financiamento de actividades no âmbito da acção social escolar e pelo Secretariado Técnico dos Assuntos do Processo Eleitoral.
- *Venda de bens e receitas correntes* - regista um aumento de cerca de €69.000,00, acréscimo que se verifica essencialmente nas rubricas relativas à venda de água e à construção de ramais de saneamento.

Contudo, não obstante o total das receitas ter ficado aquém do previsto cerca de 23%, no âmbito das receitas correntes o valor arrecadado excedeu o previsto em, aproximadamente, 9%.

Por seu turno, a realização da despesa ficou aquém do inicialmente previsto em cerca de 24%. Como se disse, para manter o equilíbrio financeiro das contas do Município, conformou-se o nível de execução da despesa com o da receita.

Nestas circunstâncias, houve que conter a despesa prevista nos diversos capítulos na mesma medida da redução da receita, com especial relevância na despesa com a *Aquisição de bens de capital*, dada a redução do financiamento destinado a esse fim, como referimos atrás, principalmente quando aludimos às transferências de capital.

### 2.1.3. RECEITAS E DESPESAS POR CAPÍTULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Os quadros V e VI, que se seguem, reflectem o peso de cada um dos capítulos das receitas e despesas por classificação económica, em relação ao total arrecadado e realizado, respectivamente.

## 2.1.3.1 RECEITAS POR CAPITULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

RECEITAS		
	2006	%
01-Impostos Directos	1.347.332,48	8,55
02-Impostos indirectos	62.069,36	0,39
04-Taxas,multas e outras pen	167.288,25	1,06
05-Rendimentos de propriedade	740.304,08	4,70
06-Transferências correntes	5.546.715,15	35,20
07-Venda de bens e serv.correntes	857.362,62	5,44
08-Outras receitas correntes	234.225,20	1,49
<b>Soma rec.correntes</b>	<b>8.955.297,14</b>	<b>56,84</b>
09-Venda de bens de investimento	4.760,00	0,03
10-Transferências de capital	6.121.688,76	38,85
11-Activos financeiros	0,00	0,00
12-Passivos financeiros	674.727,73	4,28
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00
<b>Soma rec.capital</b>	<b>6.801.176,49</b>	<b>43,16</b>
<b>Total</b>	<b>15.756.473,63</b>	<b>100,00</b>

## Quadro V

A receita arrecadada totaliza €15.756.473,63, sendo €8.955.297,14 de receitas correntes e €6.801.176,49 de receitas de capital.

A sua desagregação pelas diversas rubricas da classificação económica consta do mapa de execução orçamental a folhas 83 a 87 destes documentos de prestação de contas.

O montante das *transferências correntes* arrecadadas no ano da gerência continua a ser o de maior peso no seio das receitas da mesma natureza. Corresponde a cerca de 35% do total da receita e a cerca de 62% da receita corrente.

As transferências provenientes do OE, destinadas essencialmente a financiar a actividade corrente, são as que mais contribuem para o montante contabilizado por aquele capítulo, facto que demonstra a significativa dependência do Município, neste domínio, perante a Administração Central.

Os *impostos directos*, que consubstanciam os impostos municipais e a derrama, contribuíram apenas com 8,55% para o montante global das receitas, valor que apresenta a seguinte distribuição:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), 4,39%;
- Imposto Municipal sobre Veículos (IMV), 1,24%;
- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), 1,68%;
- Impostos abolidos (contribuição autárquica e sisa), 0,52%.
- Derrama, 0,72%.

Os *rendimentos de propriedade* correspondem a 4,7% da receita global, sendo constituídos, essencialmente, pela receita proveniente da renda devida pela concessão da rede eléctrica ao distribuidor público e de juros de depósitos.

A *Venda de bens e prestação de serviços correntes* contribuiu para o total das receitas com 5,44%, resultando, na sua maior parte, das taxas e tarifas cobradas pelos serviços prestados no âmbito do abastecimento de água e da drenagem de águas residuais e pela utilização do complexo desportivo municipal, do recinto da feira e dos lugares de estacionamento de duração limitada.

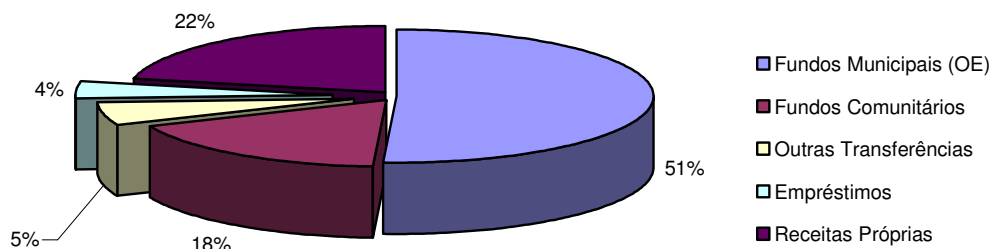
Por sua vez, as receitas de capital foram financiadas, quase na sua totalidade, pelos capítulos das *Transferências de Capital* e dos *Passivos Financeiros*, que atingiram, no conjunto, cerca de 43% do total das receitas arrecadadas no ano da gerência.

As *transferências de capital* totalizaram o montante de €6.121.688,76, correspondendo a 38,85% do total da receita.

Para além das transferências provenientes do Fundo Geral Municipal, do Fundo de Coesão Municipal e do Fundo de Base Municipal, no valor de €3.207.668,00, contribuíram para aquele montante as participações de projectos co-financiados por programas comunitários, no valor de €2.781.148,70, bem como os financiamentos assegurados através de contratos-programa e protocolos celebrados com a Administração Central, designadamente com o Instituto Nacional de Desporto, Instituto

Português do Livro e da Leitura, PRAUD, Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Instituto de Turismo de Portugal e a Direcção Regional de Educação do Norte, no valor de €132.872,06.

A perspectiva global da origem dos recursos que financiam o orçamento e do grau de dependência do Município em relação às suas receitas próprias é-nos dada pelo gráfico que se segue.



#### 2.1.3.1 DESPESAS POR CAPÍTULOS DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

<b>DESPESAS</b>		
	2006	%
01-Pessoal	3.084.873,68	19,97
02-Aquisição de bens e serviços corrente	3.451.868,74	22,35
03-Encargos correntes da dívida	87.515,41	0,57
04-Transferências correntes	691.264,40	4,47
06-Outras despesas correntes	119.671,96	0,77
		0,00
<b>Soma despesas correntes</b>	<b>7.435.194,19</b>	<b>48,13</b>
07-Aquisição de bens de investimento	7.038.993,77	45,57
08-Transferências de capital	622.241,45	4,03
09-Activos financeiros	0,00	0,00
10-Passivos financeiros	351.212,30	2,27
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00
<b>Soma despesas capital</b>	<b>8.012.447,52</b>	<b>51,87</b>
<b>Total</b>	<b>15.447.641,71</b>	<b>100,00</b>

**Quadro VI**

No ano da gerência, o Município realizou despesas no montante de €15.447.641,71, correspondendo €7.435.194,19 a despesas correntes e €8.012.447,52 a despesas de capital.

A desagregação da despesa por rubrica da classificação económica consta do mapa de execução orçamental, a folhas 57 a 82 dos documentos que ora se apresentam.

A rubrica das despesas com o *pessoal*, absorvendo €3.084.873,68, a que correspondem 19,97% da despesa global, tem, como sempre, um peso significativo nessa despesa. Porém, o aumento verificado em relação ao ano anterior apresenta um valor pouco relevante.

As despesas com *Aquisição de bens e serviços correntes*, no montante de €3.451.868,74, assumem também uma fatia significativa do orçamento, consubstanciando cerca de 22% da despesa total.

Conforme se pode constatar através do mapa de execução orçamental, neste capítulo a aquisição de bens contribuiu com €905.408,32, valor que foi absorvido essencialmente pelas despesas com a aquisição de bens de consumo, onde se incluem, entre outros, os combustíveis e lubrificantes, os produtos de higiene e limpeza, os géneros alimentícios para confeccionar, o material de escritório, o vestuário e artigos pessoais, as peças para reparação de veículos, máquinas e equipamentos, os bens para oferecer, designadamente no âmbito do Regulamento de Concessão de Prestações de Natureza Social, o material de educação, cultura e recreio, a água para venda e todo o material para conservação das vias municipais, redes de água e esgotos, jardins e demais equipamentos públicos.

A aquisição de serviços, por sua vez, onerou o orçamento com o montante de €2.546.460,42, os quais se encontram distribuídos pelas rubricas identificadas naquele mapa de execução.

As despesas que mais contribuíram para aquele montante foram as seguintes:

- Encargos das instalações, no valor de €218.968,27, onde se incluem as despesas com a aquisição de energia eléctrica consumida nos diversos edifícios e equipamentos municipais;
- Serviços de limpeza e higiene, no valor de €101.055,14, que contabilizam os encargos decorrentes do contrato de prestação de serviços relativo à recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos;
- A prestação de serviços no âmbito da conservação de bens, designadamente vias de comunicação, edifícios municipais, redes de água e de esgotos, maquinaria e material de transporte e outros equipamentos públicos, no valor aproximado de €247.672,13;
- A locação de edifícios e outros bens, no valor de €47.430,03, abrangendo as despesas com as rendas de edifícios e equipamentos escolares e de outras instalações ocupadas pela Câmara;

- As comunicações, onde se incluem as despesas com a comunicação via postal, com os telefones fixos e móveis e com as ligações à Internet, no montante de €76.791,56;
- Os transportes, no montante de €700.676,45, onde se destacam as despesas com os transportes escolares;
- Os seguros de bens móveis e imóveis, no montante de €30.466,33;
- Os estudos, pareceres, projectos e consultadoria, no valor de €51.956,23;
- A publicidade, designadamente com publicações obrigatórias, no montante de €83.004,80;
- Os trabalhos especializados, onde se contabilizam os serviços de análises laboratoriais e manutenção de software, no montante de €81.384,56;
- Os encargos de cobrança de receitas, pagos aos serviços centrais do Estado, no valor de €28.788,86.
- Outros serviços, no montante de €829.523,25, onde se inclui uma parte significativa das despesas com a aquisição de serviços previstas nas Grandes Opções do Plano, designadamente a aquisição de energia eléctrica à EDP, para iluminação pública, os serviços prestados em regime de trabalho temporário, os serviços prestados pelos monitores afectos à actividade desenvolvida no complexo desportivo, os serviços de tratamento de resíduos sólidos urbanos e a promoção de actividades culturais;

As despesas com *Transferências correntes* orçam em cerca de €691.000, representando 4,47% do total das despesas e cerca de 9,30% do total das despesas daquela natureza. Foram afectas, na sua maior parte, no montante de €547.451,88, o equivalente a 79,23% do seu total, ao financiamento de actividades correntes desenvolvidas por instituições sem fins lucrativos, e a parte restante à comparticipação de acções no âmbito da actividade escolar, a projectos desenvolvidos pela Associação de Municípios Terras de Santa Maria e ao apoio concedido ao abrigo do Regulamento de Apoio Social.

As despesas de capital atingiram, como já se disse, um montante de €8.012.447,52.



O capítulo de *Aquisição de bens de capital* foi o que contabilizou a maior parte das despesas de capital, cerca de €7.038.993,77, valor que corresponde a 87,85% daquelas despesas e a cerca de 46% do total das despesas correntes e de capital.

Aquele montante financiou despesas de investimento em diversas áreas, nomeadamente:

- Terrenos, no valor de €349.520,73;
- Edifícios escolares, no valor de €419.926,72;
- Outros edifícios, no valor de €244.000,98;
- Viadutos, arruamentos e obras complementares, no valor de €82.363,79;
- Sistemas de drenagem de águas residuais, no valor de €482.169,61;
- Instalações desportivas e recreativas, no valor de €1.109.831,99;
- Sistemas de captação e distribuição de água, no montante de €935.488,00;
- Viação rural, no valor de €1.540.847,89;
- Outras construções, no montante de €1.278.279,87;
- Equipamento informático, no valor de €189.270,81;
- Software informático, no valor de €60.578,41;
- Equipamento básico, no valor de €162.675,00;
- Locação financeira, no valor de €55.337,32.

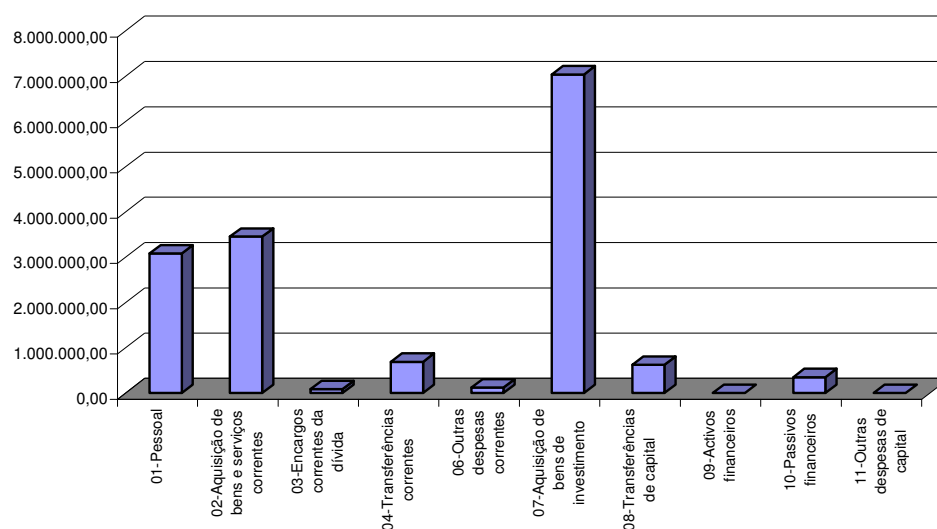
Por sua vez, as *Transferências de capital* contabilizaram €622.241,45, correspondendo a 4,03% do total do orçamento e a cerca de 8% do total das despesas da mesma natureza.

Todas elas foram efectuadas a título de comparticipação em investimentos levados a cabo pelas juntas de freguesia, instituições sem fins lucrativos, associações de municípios e sociedades não financeiras, nos montantes de €524.500,00, €49.500,00, €23.241,00 e €25.000,00, respectivamente.

O capítulo de *Passivos financeiros*, regista um montante de €351.212,30, todo ele afecto à amortização de empréstimos obtidos a médio e longo prazos.

O gráfico que a seguir se apresenta reflecte o peso de cada uma das despesas por capítulo da classificação económica.

### DESPESA



#### 2.1.4.EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

Os quadros VII e VIII que a seguir se apresentam permitem-nos verificar a evolução das receitas e das despesas no ano da gerência em relação às do ano anterior, por capítulos da classificação económica.

## RECEITAS

Classificação económica	2005		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01- Impostos Directos	1.157.747,86	7,35	1.347.332,48	8,55	189.584,62	16,38
02- Impostos indirectos	45.217,30	0,29	62.069,36	0,39	16.852,06	37,27
03- Taxas, multas e outras pen	141.762,81	0,90	167.288,25	1,06	25.525,44	18,01
04- Rendimentos de propriedade	545.983,88	3,47	740.304,08	4,70	194.320,20	35,59
05- Transferências correntes	5.172.433,44	32,83	5.546.715,15	35,20	374.281,71	7,24
06- Venda de bens e prest.serv.correntes	799.114,79	5,07	857.362,62	5,44	58.247,83	7,29
07- Outras receitas correntes	229.116,64	1,45	234.225,20	1,49	5.108,56	2,23
<b>Soma rec.correntes</b>	<b>8.091.376,72</b>	<b>51,35</b>	<b>8.955.297,14</b>	<b>56,84</b>	<b>863.920,42</b>	<b>10,68</b>
09- Venda de bens de investimento	143.872,67	0,91	4.760,00	0,03	-139.112,67	-96,69
10- Transferências de capital	5.171.574,42	32,82	6.121.688,76	38,85	950.114,34	18,37
11- Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- Passivos financeiros	576.993,93	3,66	674.727,73	4,28	97.733,80	16,94
13- Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma rec.capital</b>	<b>5.892.441,02</b>	<b>37,40</b>	<b>6.801.176,49</b>	<b>43,16</b>	<b>908.735,47</b>	<b>15,42</b>
<b>Total</b>	<b>13.983.817,74</b>	<b>88,75</b>	<b>15.756.473,63</b>	<b>100,00</b>	<b>1.772.655,89</b>	<b>12,68</b>

### Quadro VII

Mostra-nos o quadro anterior que no ano da gerência a receita arrecada foi superior à do ano anterior em €1.772.655,89, valor a que corresponde a um aumento de cerca de 13%.

Com excepção da receita contabilizada no capítulo de *Venda de bens de investimento*, cujo valor, pelos motivos referidos atrás, foi inferior ao do ano anterior em cerca de €139.000,00, todas as demais excederam as receitas do ano precedente.

Das que apresentam o maior aumento em termos de valores absolutos, destacam-se as receitas registadas nos seguintes capítulos:

*Impostos directos*, com mais €189.584,62, valor que resulta, essencialmente, do aumento da receita proveniente do imposto municipal sobre imóveis. Contudo, a receita proveniente do imposto municipal sobre a transmissão de imóveis, também contabilizado neste capítulo, sofreu uma quebra significativa em relação ao ano anterior.

*Rendimentos da propriedade*, que contribui com um aumento de cerca de €194.000, valor que resulta da actualização da renda devida pela concessão da rede eléctrica à

EDP (€147.000), de juros de depósitos (€19.000) e da renda de terrenos à Portucel (€28.000).

*Transferências correntes*, com um acréscimo de €374.281,71, resultante fundamentalmente de participações recebidas no âmbito dos protocolos celebrados com a Administração Central, designadamente com a DREN (€320.000), INAG (€40.000) e DGAL (€20.000)

*Venda de bens e serviços correntes*, apresenta um aumento de cerca de €58.000 em relação ao ano anterior, repartido pelas diversas rubricas da venda de serviços, com valores pouco significativos;

*Transferência de capital*, com um diferencial, para mais, de cerca de €950.000, resultante, na sua quase totalidade, de participações dos fundos comunitários relativos a projectos executados no ano da gerência e a obras concluídas no ano imediatamente anterior;

*Passivos financeiros*, com um acréscimo de receita de €97.733,80, valor que resulta da libertação de verbas provenientes de empréstimos contratados no ano da gerência, devidamente autorizados pelo órgão deliberativo, face ao nível de execução das obras que visam financiar.

Todos os demais capítulos registaram variações, para mais e para menos, pouco significativas.

## DESPESA

Classificação económica	2005		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
01-Pessoal	3.019.951,90	20,45	3.084.873,68	19,97	64.921,78	2,15
02-Aquisição de bens e serviços	2.975.898,07	20,15	3.451.868,74	22,35	475.970,67	15,99
04-Transferências correntes	600.706,48	4,07	691.264,40	4,47	90.557,92	15,08
03-Juros e outros encargos	58.035,39	0,39	87.515,41	0,57	29.480,02	50,80
06-Outras despesas correntes	60.469,63	0,41	119.671,96	0,77	59.202,33	97,90
<b>Soma despesas correntes</b>	<b>6.715.061,47</b>	<b>45,48</b>	<b>7.435.194,19</b>	<b>48,13</b>	<b>720.132,72</b>	<b>10,72</b>
07-Aquisição de bens de capital	6.934.729,53	46,97	7.038.993,77	45,57	104.264,24	1,50
08-Transferências de capital	743.388,22	5,03	622.241,45	4,03	-121.146,77	-16,30
09-Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10-Passivos financeiros	371.988,60	2,52	351.212,30	2,27	-20.776,30	-5,59
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Soma despesas capital</b>	<b>8.050.106,35</b>	<b>54,52</b>	<b>8.012.447,52</b>	<b>51,87</b>	<b>-37.658,83</b>	<b>-0,47</b>
<b>Total</b>	<b>14.765.167,82</b>	<b>100</b>	<b>15.447.641,71</b>	<b>100</b>	<b>682.473,89</b>	<b>4,62</b>

### Quadro VIII

Como se pode verificar também através do quadro supra, o valor global da despesa, a exemplo do que se passou com o da receita, foi superior à do ano anterior em €682.473,89, o que corresponde a um aumento de 4,62%.

Embora as despesas com o *pessoal* apresentem um aumento de 2,15% em relação ao ano anterior, em relação ao total das despesas decresceram cerca de meio ponto percentual.

Contudo, se tivermos em consideração que o Município, no ano em análise, teve que suportar custos acrescidos em relação ao ano anterior, decorrentes do aumento da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, de 10% para 13% sobre as remunerações dos funcionários, e da actualização das mesmas remunerações em 1,5%, podemos concluir que as despesas com o pessoal, em termos reais, sofreram uma redução significativa.

Na verdade, o aumento daquela contribuição e a actualização dos vencimentos, impostos por lei, determinaram um acréscimo de custos de cerca de €103.000,00 (€66.000 para a CGA e €37.000 para a actualização de vencimentos), valor que, deduzido ao total dos encargos suportados no ano da gerência, corresponde a uma

variação, para menos, de cerca de €38.000, isto é a uma redução das despesas com o pessoal de 1,3% em relação ao ano anterior.

As despesas contabilizadas pelo capítulo da *aquisição de bens e serviços* sofreram um acréscimo de 15,99% em relação às despesas equivalentes do ano anterior.

O facto verifica-se, essencialmente, nas rubricas relativas à aquisição de água para venda, cujo aumento é justificado pelo alargamento da rede abastecida pelo sistema em alta, aos transportes, onde se incluem os transportes escolares, cuja rede foi também alargada no início do ano lectivo, à limpeza e higiene, que contempla a recolha e transporte dos RSU por empresa privada, bem como à aquisição de bens e serviços para conservação de vias municipais, redes de água e saneamento e outros equipamentos municipais,

As *transferências correntes* apresentam um valor superior ao do ano anterior em cerca de 15,08%, acréscimo que resultou na sua quase totalidade do aumento das participações a instituições sem fins lucrativos, da participação à Área Metropolitana do Porto e do acréscimo de subsídios atribuídos a famílias carenciadas.

Os *juros e outros encargos* aumentaram cerca de 51%, embora o aumento, em termos absolutos, corresponda apenas a €29.000.00. O facto é justificado pela utilização no ano da gerência de verbas de empréstimos contratados e pelo aumento da taxa de juro ditado pela taxa de referência (euribor).

As *outras despesas correntes* registam um acréscimo de cerca de 98%, aumento que é quase todo justificado pelas restituições de impostos municipais cobrados pela administração fiscal em montantes superiores aos do ano anterior.

Por sua vez, no âmbito das despesas de capital, o capítulo da *aquisição de bens de capital* registou um acréscimo de cerca de 2% em relação ao ano anterior, com as

respectivas variações, distribuído pelas áreas de investimento identificadas nos mapas da despesa por classificação económica que instruem este processo.

Nas *transferências de capital* verifica-se o inverso, com um decréscimo de 16,30%, diferencial que é patente nas rubricas afectas às participações em investimentos a levar cabo em parceria com a Associação de Municípios Terras de Santa Maria, bem como às participações em investimentos a levar a cabo pelas freguesias e pelas instituições sem fins lucrativos, acções essas que não foram concretizadas no ano da gerência, por motivos a que o Município é alheio, com a consequente redução das transferências prevista para o efeito.

Quanto aos encargos suportados pelo capítulo *passivos financeiros*, a amortização total de três empréstimos no ano de 2005 e a não amortização dos novos empréstimos durante um período de utilização de 2 anos, são as razões que justificam o decréscimo da despesa com estes encargos em 5,59% em relação ao ano anterior.

#### 2.1.5. RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E AS DESPESAS DA MESMA NATUREZA

Estabelece o ponto 3.1.1. do POCAL que na elaboração e execução do orçamento das autarquias locais devem ser salvaguardados os princípios aí estabelecidos, destacando-se, de entre eles, o *princípio do equilíbrio*.

Segundo este princípio “*O orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes*”.

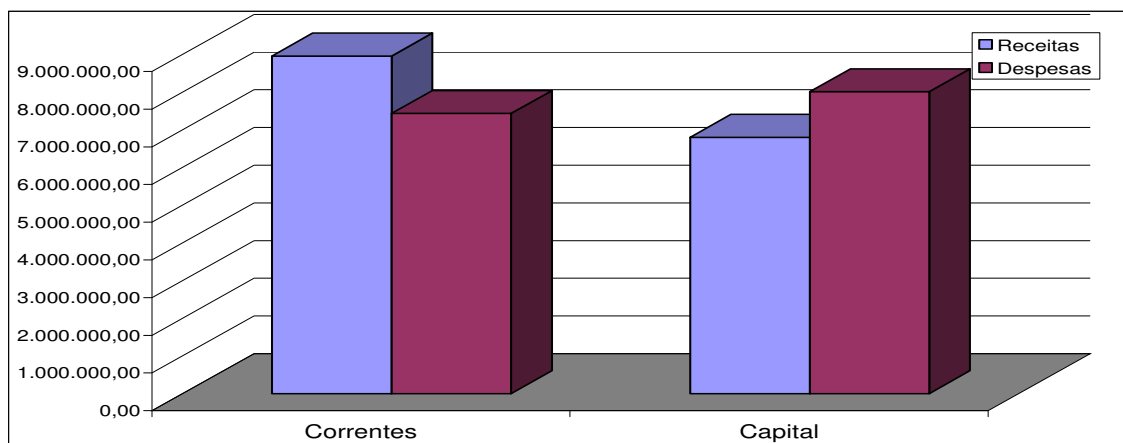
Por outras palavras, impõe este princípio que as receitas correntes têm que ser suficientes para cobrir todas as despesas da mesma natureza, estando a realização destas condicionada ao valor da arrecadação daquelas, ou seja, as despesas correntes, que visam, por regra, dar satisfação à actividade normal dos serviços, não podem ser financiadas pelas receitas de capital.

A relação entre as receitas e as despesas correntes e a relação entre as receitas e despesas de capital é-nos dada pelo quadro IX que se segue:

NATUREZA	RECEITAS	DESPEASAS	DIFERENÇA	
			VALOR	%
Correntes	8.955.297,14	7.435.194,19	1.520.102,95	16,97
Capital	6.801.176,49	8.012.447,52	-1.211.271,03	-17,81
Saldo 2005	214.014,47		214.014,47	
<b>Total</b>	<b>15.970.488,10</b>	<b>15.447.641,71</b>	<b>522.846,39</b>	<b>3,27</b>

**Quadro IX**

O gráfico que se segue dá-nos também a perspectiva global dessa relação.



Mostra-nos o quadro anterior que, no ano da gerência, a receita corrente arrecadada excedeu o da despesa da mesma natureza em €1.520.102,95, o que quer dizer que, para além de se ter respeitado o conteúdo do citado princípio, essencial para uma boa gestão económico-financeira, a autarquia conseguiu poupar uma parte considerável das suas receitas correntes.



Aquele valor equivale a cerca de 17% do montante global das receitas correntes. Como se pode verificar através do quadro anterior, o referido valor financiou as despesas de capital com a importância de €1.211.271,03, na sua maior parte afectas a investimentos, transitando a parte restante, acrescida do saldo de 2005, para a gerência seguinte.

## **2.2 . EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

Neste ponto do presente relatório analisar-se-á a execução das Grandes Opções do Plano (GOP) no ano da gerência.

A actividade levada a cabo pela autarquia no âmbito dos diversos projectos e acções de investimento previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é explicitada pormenorizadamente no mapa de execução que instrui este processo a folhas 88 a 108.

A execução das Grandes Opções do Plano (GOP), que integra, como já se disse, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades mais Relevantes (AMR) é evidenciada nos dois quadros que se seguem, onde se expressa o nível de execução global deste instrumento de gestão, por objectivos, sob o aspecto financeiro e material.

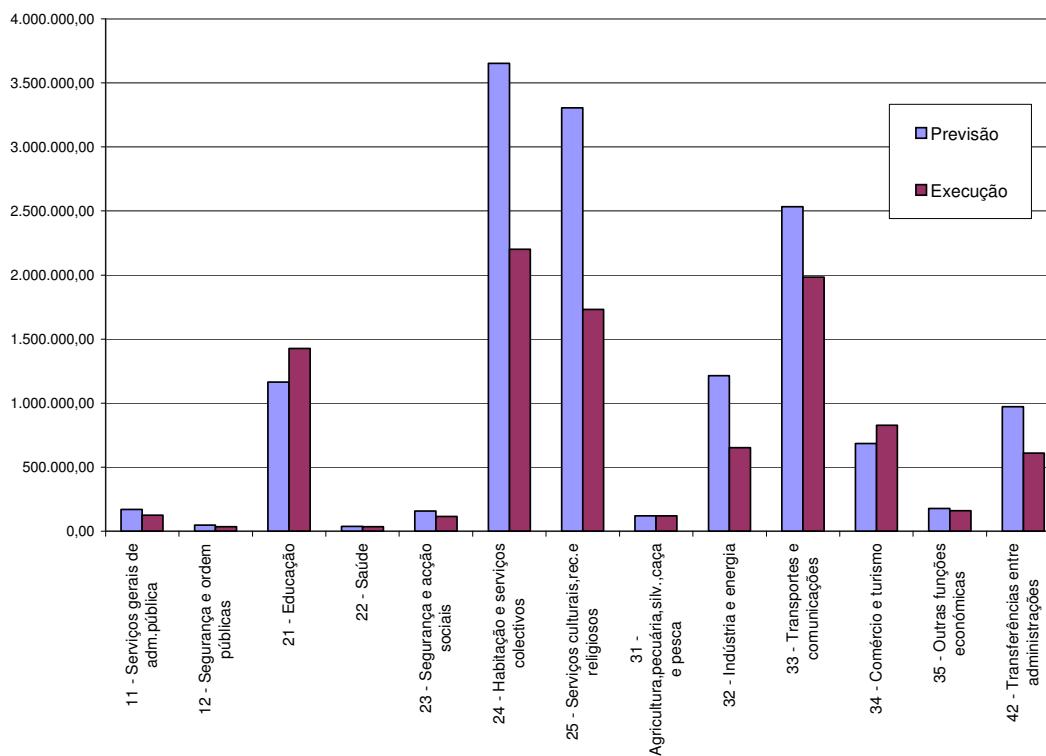
Financeiro – que reproduz a sua execução em relação aos projectos ou acções cujos encargos foram assumidos, liquidados e efectivamente pagos no ano da gerência, ficando de fora, portando, a parte dos projectos ou acções já executada materialmente mas que não produziu efeitos financeiros até ao termo da gerência.

Material – que representa a fatia comprometida deste instrumento de gestão em termos de execução material, ou de compromissos assumidos no período da gerência, com vista a concretização de tais objectivos, independentemente da satisfação dos encargos correspondentes nesse mesmo período.

## Execução financeira das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	174.700,00	172.000,00	124.735,94	-47.264,06	72,52
12 - Segurança e ordem públicas	44.800,00	47.300,00	36.000,00	-11.300,00	76,11
21 - Educação	1.686.400,00	1.163.500,00	1.425.816,89	262.316,89	122,55
22 - Saúde	38.300,00	37.500,00	37.000,00	-500,00	98,67
23 - Segurança e acção sociais	149.400,00	157.300,00	115.450,43	-41.849,57	73,40
24 - Habitação e serviços colectivos	3.877.500,00	3.650.400,00	2.201.617,60	-1.448.782,40	60,31
25 - Serviços culturais,rec.e religiosos	3.445.000,00	3.304.600,00	1.730.225,70	-1.574.374,30	52,36
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	158.500,00	120.000,00	122.568,80	2.568,80	102,14
32 - Indústria e energia	1.323.000,00	1.214.500,00	653.585,89	-560.914,11	53,82
33 - Transportes e comunicações	2.651.814,47	2.532.300,00	1.983.703,62	-548.596,38	78,34
34 - Comércio e turismo	970.400,00	684.700,00	826.800,64	142.100,64	120,75
35 - Outras funções económicas	210.500,00	177.500,00	160.329,83	-17.170,17	90,33
42 - Transferências entre administrações	781.700,00	971.600,00	610.995,39	-360.604,61	62,89
<b>TOTAL</b>	<b>15.512.014,47</b>	<b>14.233.200,00</b>	<b>10.028.830,73</b>	<b>-4.204.369,27</b>	<b>70,46</b>

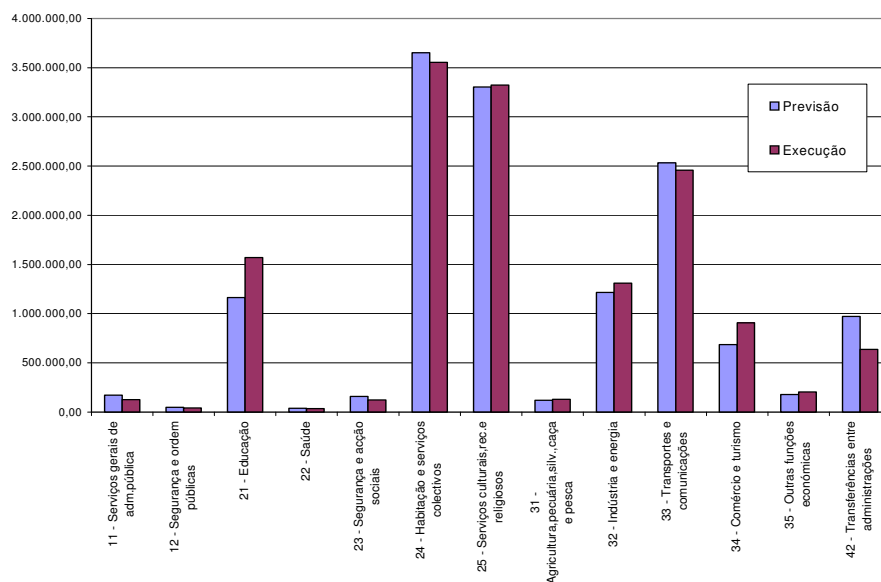
## Quadro X



Execução **material** das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO	DOT.FINAL	PREV.INICIAL	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TX EXEC.
11 - Serviços gerais de adm.pública	174.700,00	172.000,00	125.135,24	-46.864,76	72,75
12 - Segurança e ordem públicas	44.800,00	47.300,00	42.000,00	-5.300,00	88,79
21 - Educação	1.686.400,00	1.163.500,00	1.570.060,15	406.560,15	134,94
22 - Saúde	38.300,00	37.500,00	37.000,00	-500,00	98,67
23 - Segurança e acção sociais	149.400,00	157.300,00	122.694,10	-34.605,90	78,00
24 - Habitação e serviços colectivos	3.877.500,00	3.650.400,00	3.553.778,52	-96.621,48	97,35
25 - Serviços culturais,rec.e religiosos	3.445.000,00	3.304.600,00	3.322.900,90	18.300,90	100,55
31 - Agricultura,pecuária,silv.,caça e pesca	158.500,00	120.000,00	130.701,16	10.701,16	108,92
32 - Indústria e energia	1.323.000,00	1.214.500,00	1.308.814,26	94.314,26	107,77
33 - Transportes e comunicações	2.651.814,47	2.532.300,00	2.456.444,36	-75.855,64	97,00
34 - Comércio e turismo	970.400,00	684.700,00	908.143,61	223.443,61	132,63
35 - Outras funções económicas	210.500,00	177.500,00	202.413,00	24.913,00	114,04
42 - Transferências entre administrações	781.700,00	971.600,00	636.995,39	-334.604,61	65,56
<b>TOTAL</b>	<b>15.512.014,47</b>	<b>14.233.200,00</b>	<b>14.417.080,69</b>	<b>183.880,69</b>	<b>101,29</b>

Quadro XI



Verifica-se através dos quadros e gráficos que antecedem que no ano da gerência a autarquia, no âmbito da realização das Grandes Opções do Plano, atingiu uma taxa de



---

**AROUCA**

execução financeira de 70,46% e uma taxa de execução material de 101,29%, superando esta última o nível de execução inicialmente previsto.

Através da conjugação do quadro II com o quadro X deste relatório, verifica-se também que a execução financeira das Grandes Opções do Plano absorveu cerca de 65% do valor global da despesa, facto que evidencia a prioridade de afectação de recursos dada pelo executivo aos investimentos municipais e às actividades mais relevantes, no seio de toda a actividade municipal.

### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A avaliação da situação económica e financeira do município foi feita através da análise geral do balanço, da demonstração de resultados e dos respectivos anexos, bem como através dos indicadores de gestão calculados a partir de relações estabelecidas entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras.

Como já foi referido nas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, toda a análise económico – financeira do município está condicionada pelos seguintes factos:

1. O de não ter sido possível transferir os valores da maior parte dos bens do domínio público, contabilizados na conta das *imobilizações em curso*, para as respectivas contas de *imobilizações corpóreas*, e conseqüente inventariação, pelo facto dos respectivos processos de obra não terem sido ainda encerrados, bem como a inventariação de alguns bens imóveis de domínio privado.
2. E o de os trabalhos para a própria entidade não estarem ainda a ser contabilizados, devido à falta de elementos que permitam apurar com rigor o seu montante.

### 3.1. SITUAÇÃO ECONÓMICA

#### Custos e perdas

Custos e Perdas	Ano de 2006		% s/ Proveitos Operacionais	Ano de 2005		% s/ Proveitos Operacionais	Ano de 2004		% s/ Proveitos Operacionais
	Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total		Valor	% s/ Total	
61 CMVMC	589.327,93	6,73	4,88	466.844,11	5,65	4,12	334.096,44	4,29	3,07
62 Fornecimentos e Serviços Externos	3.230.311,88	36,87	26,73	2.813.625,17	34,08	24,81	2.612.495,47	33,53	23,99
63 Tranf.Subs Correntes Conc.Prest.Sociais	666.078,64	7,60	5,51	606.850,41	7,35	5,35	551.830,17	7,08	5,07
64 Custos com Pessoal	3.097.393,11	35,35	25,63	3.112.652,75	37,70	27,44	3.053.149,49	39,18	28,03
65 Outros Custos e Perdas Operacionais	9.641,28	0,11	0,08	12.077,33	0,15	0,11	9.234,21	0,12	0,08
66 Amortizações do Exercício	369.670,12	4,22	3,06	321.126,43	3,89	2,83	355.724,69	4,57	3,27
67 Provisões do Exercício	1.964,25	0,02	0,02	565,92	0,01	0,00	1.805,49	0,02	0,02
68 Custos e Perdas Financeiras	90.991,16	1,04	0,75	58.540,30	0,71	0,52	61.576,89	0,79	0,57
69 Custos e Perdas Extraordinárias	706.641,88	8,06	5,85	863.320,85	10,46	7,61	812.049,26	10,42	7,46
<b>Custos Operacionais (61 a 67)</b>	<b>7.964.387,21</b>	<b>90,90</b>	<b>70,22</b>	<b>7.333.742,12</b>	<b>88,83</b>	<b>64,66</b>	<b>6.918.335,96</b>	<b>88,79</b>	<b>63,52</b>
<b>Total</b>	<b>8.762.020,25</b>	<b>100,00</b>	<b>72,49</b>	<b>8.255.603,27</b>	<b>100,00</b>	<b>75,80</b>	<b>7.791.962,11</b>	<b>100,00</b>	<b>71,54</b>

#### Quadro XII

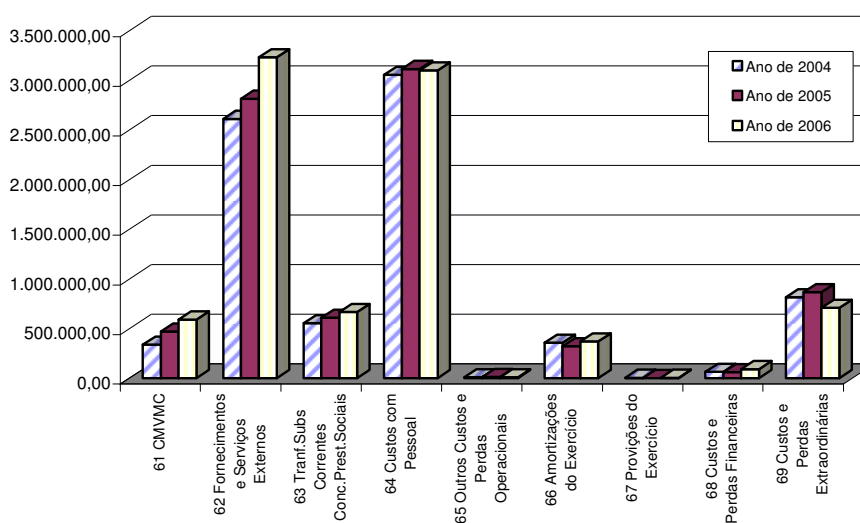
Os custos e perdas do exercício totalizaram €8.762.020,25, registando-se um aumento de aproximadamente 6% face ao ano de 2005 e de cerca de 12% face a 2004. Analisando as diversas rubricas conclui-se que foram os CMVMC, os fornecimentos e serviços externos, as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, as amortizações do exercício, o os custos e perdas financeiras que mais têm contribuído para o aumento global dos custos e perdas do exercício em análise em relação aos anos anteriores.

Não obstante a subida generalizada dos custos e perdas do exercício, registaram-se também decréscimos em algumas rubricas face a 2005, nomeadamente nos custos com pessoal, nos outros custos e perdas operacionais e nos custos e perdas extraordinárias.

Tal como se verificou já nos exercícios económicos anteriores, as rubricas dos custos com pessoal, dos fornecimentos e serviços externos, dos custos e perdas extraordinários e ainda das transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais foram as que mais contribuíram para o total dos custos e perdas do exercício, salientando-se que, para o total dos custos e perdas extraordinários as transferências de capital concedidas foram as que mais contribuíram.

Os custos operacionais do exercício de 2006 correspondem a 70,22% dos proveitos operacionais, tendo-se verificado um aumento de aproximadamente 6% face a 2005 e de 7% face a 2004.

O gráfico que segue dá-nos uma perspectiva global do peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos custos.



### Proveitos e Ganhos

Proveitos e Ganhos	Ano de 2006		Ano de 2005		Ano de 2004	
	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total	Valor	% S/ Total
71 Vendas e Prestação de Serviços	825.518,06	6,649	762.457,34	6,602	933.127,04	8,235
72 Impostos e Taxas	1.427.954,40	11,501	1.410.298,70	12,212	1.320.415,79	11,652
73 Proveitos Suplementares	777.452,79	6,262	608.003,98	5,265	527.017,48	4,651
74 Transferências e Subsídios Obtidos	9.054.300,06	72,924	8.561.242,11	74,132	8.111.221,37	71,580
75 Trabalho para a própria entidade	1.841,34	0,015	346,25	0,003	0,00	0,000
78 Proveitos e Ganhos Financeiros	50.645,30	0,408	36.849,94	0,319	50.288,13	0,444
79 Proveitos e Ganhos Extraordinários	278.289,52	2,241	169.452,85	1,467	389.644,19	3,439
<b>Proveitos Operacionais (71 a 75)</b>	<b>12.087.066,65</b>	<b>97,351</b>	<b>11.342.348,38</b>	<b>98,214</b>	<b>10.891.781,68</b>	<b>96,118</b>
<b>Total</b>	<b>12.416.001,47</b>	<b>100,000</b>	<b>11.548.651,17</b>	<b>100,000</b>	<b>11.331.714,00</b>	<b>100,00</b>

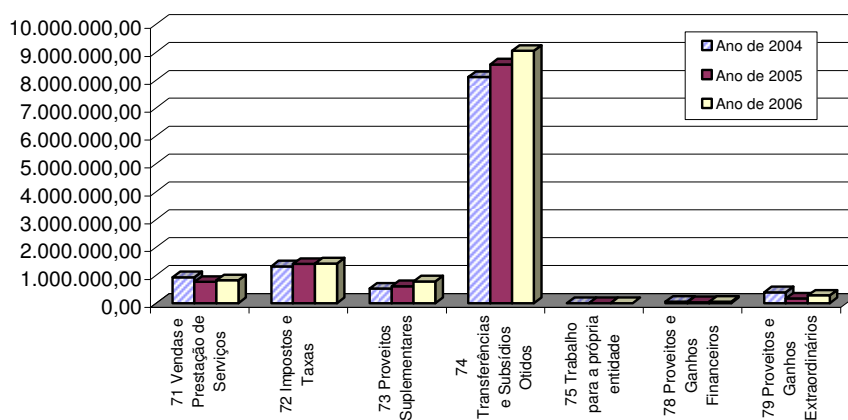
#### Quadro XIII

Os proveitos e ganhos do exercício totalizaram €12.416.001,47, verificando-se um aumento de cerca de 8% face a 2005 e de cerca de 10% face a 2004. Analisando as diversas rubricas conclui-se que todas registaram um acréscimo face a 2005, tendo sido as rubricas das vendas e prestação de serviços, das transferências e subsídios obtidos, dos proveitos suplementares e a dos proveitos e ganhos e extraordinários aquelas que mais contribuíram para o aumento global dos proveitos e ganhos do exercício em relação aos dois anos anteriores.

À semelhança dos exercícios anteriores, as rubricas que mais contribuíram para o total dos proveitos e ganhos do exercício de 2006 foram: as transferências e subsídios obtidos, com 72,92%, e as receitas provenientes de impostos e taxas, com 11,50%.



O gráfico que segue mostra-nos, em relação ao ano em análise e aos anos imediatamente anteriores, o peso de cada uma das rubricas em relação ao total dos proveitos.



### Resultados

Resultados	Exercício 2006	% s/ proveitos	Exercício 2005	%s/ Proveitos	Exercício 2004	%s/ Proveitos
Resultados Operacionais	4.122.679,44	33,20%	4.008.606,26	34,71%	3.973.445,72	35,06%
Resultados Financeiros	-40.345,86	-0,32%	-21.690,36	-0,19%	-11.288,76	-0,10%
Resultados Correntes	4.082.333,58	32,88%	3.986.915,90	34,52%	3.962.156,96	34,97%
Resultados Extraordinários	-428.352,36	-3,45%	-693.868,00	-6,01%	-422.405,07	-3,73%
<b>Resultados Líquidos do Exercício</b>	<b>3.653.981,22</b>	<b>29,43%</b>	<b>3.293.047,90</b>	<b>28,51%</b>	<b>3.539.221,00</b>	<b>31,23%</b>

Quadro XIV

O Município de Arouca apurou, no ano da gerência, um resultado líquido do exercício no valor de €3.653.981,22, o qual corresponde a 29,43% dos proveitos operacionais.

### 3.2 Situação Financeira e Patrimonial

Balço Sintético	2006		2005		2004	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Activo Líquido</b>						
<b>Imobilizado</b>	<b>31.922.309,29</b>	<b>94,60%</b>	<b>26.067.524,75</b>	<b>94,79%</b>	<b>17.463.356,11</b>	<b>88,84%</b>
Bens do Domínio Público	29.186,08	0,09%	29.561,46	0,11%	29.936,84	0,15%
Imobilizado Incorpóreas	44.043,88	0,13%	52.178,20	0,19%	19.729,30	0,10%
Imobilizado Corpóreas	31.744.293,33	94,07%	25.880.999,09	94,11%	17.308.903,97	88,05%
Investimentos Financeiros	104.786,00	0,31%	104.786,00	0,38%	104.786,00	0,53%
<b>Circulante</b>	<b>1.490.720,73</b>	<b>4,42%</b>	<b>1.103.286,97</b>	<b>4,01%</b>	<b>1.950.020,83</b>	<b>9,92%</b>
Existências	117.769,97	0,35%	174.806,15	0,64%	102.918,06	0,52%
Dívidas de terceiros Curto prazo	88.459,55	0,26%	76.887,85	0,28%	199.802,48	1,02%
Depósitos em instituições de crédito e Caixa	1.284.491,21	3,81%	851.592,97	3,10%	1.647.300,29	8,38%
<b>Acréscimos e deferimentos</b>	<b>331.274,94</b>	<b>0,98%</b>	<b>329.911,06</b>	<b>1,20%</b>	<b>243.807,08</b>	<b>1,24%</b>
<b>Total Activo Líquido</b>	<b>33.744.304,96</b>	<b>100,00%</b>	<b>27.500.722,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.657.184,02</b>	<b>100,00%</b>
<b>Fundos Próprio e Passivo</b>						
<b>Fundos próprio</b>	<b>19.518.238,34</b>	<b>57,84%</b>	<b>15.458.569,34</b>	<b>56,21%</b>	<b>10.588.319,12</b>	<b>53,86%</b>
<b>Passivo</b>	<b>14.226.066,62</b>	<b>42,16%</b>	<b>12.042.153,44</b>	<b>43,79%</b>	<b>9.068.864,90</b>	<b>46,14%</b>
Dívidas a terceiros -Médio e longo prazo	2.774.835,84	8,22%	2.383.134,74	8,67%	2.165.539,98	11,02%
Dívidas a terceiros -Curto prazo	1.747.858,61	5,18%	2.535.023,29	9,22%	1.626.078,23	8,27%
<b>Acréscimos e deferimentos</b>	<b>9.703.372,17</b>	<b>28,76%</b>	<b>7.123.995,41</b>	<b>25,90%</b>	<b>5.277.246,69</b>	<b>26,85%</b>
<b>Total Próprio e Passivo</b>	<b>33.744.304,96</b>	<b>100,00%</b>	<b>27.500.722,78</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.657.184,02</b>	<b>100,00%</b>

#### Quadro XV

No balanço final de 2006 o activo líquido totaliza €33.744.304,96, correspondendo o *Imobilizado líquido* à parcela com maior peso, aproximadamente 95% do activo total. No activo circulante destacam-se os *depósitos em instituições de crédito e caixa* com uma percentagem de 3,81%.



O aumento verificado no *imobilizado líquido*, de aproximadamente 23% e 83%, face a 2005 e a 2004 respectivamente, revela claramente o empenho da autarquia em investir nesta classe, nomeadamente em terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções, equipamento administrativo e nos diversos projectos ainda contabilizados na conta de imobilizado em curso.

Relativamente ao passivo, as dívidas de médio e longo prazo apresentam uma subida em relação aos dois anos precedentes. A sua evolução é devidamente explicada no ponto 4 deste relatório.

As dívidas a terceiros de curto prazo, depois de registarem um aumento em 2005 face a 2004, apresentam agora uma redução significativa em relação ao último ano, o que se traduz numa maior liquidez.

Relativamente aos acréscimos e diferimentos referidos no passivo, há que destacar os custos com remunerações contabilizados no ano em análise, cujo pagamento será efectuado no exercício de 2007, bem como os subsídios recebidos por conta de investimentos.

O aumento verificado nos fundos próprios deve-se à transferência do resultado líquido do exercício de 2005 para as contas 571 – *Reservas Legais e 51 – Património*, tal como o referido no ponto 2.7.3 do POCAL, à contabilização de subsídios obtidos na conta 575 – *Subsídio*, à contabilização de valores doados na conta 576 – *Doações*, bem como ao registo do resultado líquido do exercício de 2006 na conta 88 – *Resultado Líquido do Exercício*.

### Apresentação dos Indicadores de Gestão

<i>Rácios</i>	<i>Equação</i>	2006	2005	2004
Liquidez Geral	<i>Circulante</i>	0,85	0,44	1,20
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Liquidez Reduzida	<i>(Circ.-Existenc.)</i>	0,79	0,37	1,14
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Liquidez Imediata	<i>Disponibilidades</i>	0,49	0,34	1,01
	<i>Dividas C/Prazo</i>			
Solvabilidade	<i>Fundos Próprios</i>	4,32	3,14	2,79
	<i>Cap. Alheio</i>			
Rácio de Endividamento (%)	<i>Passivo</i>	42,16%	43,79%	46,14%
	<i>Activo</i>			
Capacidade de Endividamento (%)	<i>Fundos Próprios</i>	87,55%	86,64%	83,02%
	<i>Cap. Permanente.</i>			
Autonomia Financeira (%)	<i>Fundos Próprios</i>	57,84%	56,21%	53,86%
	<i>Activo</i>			
Rentabilidade dos Fundos Próprios (%)	<i>R.L.</i>	18,72%	21,30%	33,43%
	<i>Fundos Próprios</i>			
Fundo de Maneio Líquido	<i>Cap.Circulante- Exig. Curto Prazo</i>	-257.137,88	-1.431.736,32	323.942,60

#### Quadro XVI

Analisando os indicadores de liquidez verifica-se uma subida no ano económico em estudo, depois de se ter registado uma diminuição no exercício de 2005 face a exercício anterior, o que revela uma recuperação em termos de liquidez e uma maior capacidade da autarquia em solver os compromissos de curto prazo. Tal situação deve-se, por um lado, ao facto de o capital circulante ter registado uma subida face ao ano anterior, nomeadamente nas rubricas de depósitos em instituições de crédito e caixa e, por outro, à diminuição das dívidas de curto prazo.

Quanto ao rácio de solvabilidade verifica-se que este indicador tem registado uma subida significativa ao longo dos exercícios em análise, o que demonstra a crescente capacidade da autarquia solver os compromissos de médio e longo prazos, ou seja, o capital alheio é totalmente coberto pelos fundos próprios.

Este acréscimo no indicador da solvabilidade justifica-se pelo aumento registado nos fundos próprios da autarquia, aumento que resulta da distribuição dos resultados transitados de anos económicos anteriores.

A capacidade de endividamento da autarquia, vista no âmbito da situação económico – financeira da autarquia, tem vindo a aumentar devido, fundamentalmente, ao acréscimo registado nos fundos próprios.

Atentos todos os elementos acima, e não obstante o activo não traduzir, como já se disse, a totalidade do imobilizado que constitui o património da autarquia, poder-se-á concluir, mesmo assim, que a situação económica e financeira da autarquia é favorável.

### **3.3 Proposta de aplicação de resultados**

O resultado líquido do exercício apurado no ano de 2005 foi de €3.293.047,90.

**Assim, no cumprimento do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o seu montante seja repartido, através da conta *59-Resultados transitados*, da seguinte forma:**

<b>a) Reforço do património .....</b>	<b>€3.471.282,16</b>
<b>b) Reservas legais .....</b>	<b>€182.699,06</b>

## 4. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE E A TERCEIROS

### 4.1 . DE TERCEIROS

As dívidas de terceiros, em 31 de Dezembro de 2006, ascendiam a €97.845,53, valor que consubstancia um pequeno aumento em relação ao ano anterior, embora muito inferior ao ano precedente, conforme se pode constatar no quadro que abaixo se apresenta.

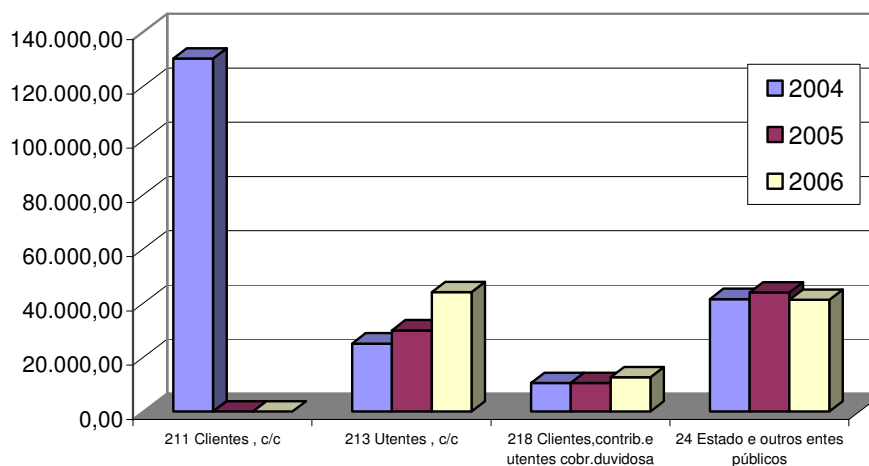
A diferença de cerca de €14.000,00 em relação ao ano anterior, verifica-se essencialmente na conta *213 – Utentes c/c*, onde são contabilizadas as dívidas de terceiros pelo fornecimento de água ao domicílio.

A conta *218 – clientes, contribuintes e utentes cobrança duvidosa* apresenta uma diferença pouco significativa.

A conta *24 – Estado e outros entes públicos* regista apenas o valor do Imposto Sobre o Valor Acrescentado a recuperar pelo Município, resultante das transacções efectuadas com direito ao respectivo reembolso.

Designação	2004	2005	2006
<b>1 Médio e Longo Prazos</b>			
<b>2 Curto prazo</b>			
211 Clientes , c/c	130.180,67	0,00	0,00
213 Utentes , c/c	25.083,59	29.944,57	44.056,14
218 Clientes,contrib.e utentes cobr.duvidosa	3.094,46	10.508,02	12.628,65
24 Estado e outros entes públicos	41.463,71	43.952,61	41.160,74
<b>Total</b>	<b>199.822,43</b>	<b>84.405,20</b>	<b>97.845,53</b>

O gráfico que se segue dá-nos a perspectiva global da evolução temporal das dívidas de terceiros ao Município.



#### 4.2 . A TERCEIROS

O quadro seguinte mostra-nos que o montante contabilizado como dívida do Município em 31 de Dezembro findo era de €4.513.718,32, valor que apresenta uma diminuição de cerca de €404.000,00, o correspondente a 8,2%, em relação ao ano anterior.

Designação	2004	2005	2006
<b>1 Médio e Longo Prazos</b>			
1.1 Instituições de crédito (empréstimos)	2.165.540,00	2.383.134,74	2.774.835,84
<b>2 Curto prazo</b>			
2.1 Instituições de crédito (empréstimos) *	378.375,08	365.785,67	297.600,00
2.2 Fornecedores c/c	89.357,93	127.869,55	1.435,00
2.3 Fornecedores-facturas em recep/conferência	277.358,89	291.365,20	172.623,75
2.4 Fornecedores de imobilizado c/c	59.365,19	736.749,93	344.087,52
2.5 Fornecedores de imobilizado facturas rec/conf.		269.880,91	156.897,31
2.6 Fornecedores de imobilizado - cont.leasing	126.625,25	54.141,78	0,00
2.7 Fornecedores de imobilizado - outros contrat	39.024,86	22.507,68	8.711,94
<b>Sub-total</b>	<b>3.135.647,20</b>	<b>4.251.435,46</b>	<b>3.756.191,36</b>
2.8 Estado e outros entes públicos	36.900,84	39.430,06	35.420,41
2.9 Outros credores **	619.070,17	627.292,51	722.106,55
<b>Total</b>	<b>3.791.618,21</b>	<b>4.918.158,03</b>	<b>4.513.718,32</b>

\* 2.1 Regista o valor do capital correspondente às amortizações de empréstimos contratados a médio e longo prazos devido no exercício seguinte ao da gerência.

\*\* 2.9 Inclui as garantias prestadas em dinheiro relativas ao reforço de caução de empreitadas

#### Quadro XVIII

O montante das dividas de *empréstimos a médio e longo prazo*, sofreu um acréscimo de cerca de €392.000,00 em relação ao ano anterior e de cerca de €609.000,00 em relação ao ano de 2004, facto que resultou essencialmente da utilização de verbas de empréstimos contratados nos finais de 2004 para co-financiamento da construção das obras de construção das pontes de Cabreiros e Videeiro, da EM Portela/Cabreiros, do Museu Municipal e da Zona Desportiva, 3ª fase, todos eles abrangidos pela bonificação de juros concedida pela medida 1.7/ON.

A conta dos *empréstimos a curto prazo*, identificada em 2.1 Instituições de crédito (empréstimos), regista o valor do capital correspondente às amortizações de empréstimos a médio e longo prazos a vencer durante o ano seguinte ao da gerência.



Apresenta uma redução de cerca de €81.000,00 e de €68.000,00 em relação aos anos de 2004 e 2005 , respectivamente.

Não obstante o montante dos empréstimos a médio e longo prazos ter aumentado em relação aos dois anos imediatamente anteriores, o facto não influi no valor da dívida a curto prazo, dado que, durante um período de utilização de 2 anos, não há lugar a amortização.

No que respeita a dívidas a *Fornecedores c/c* transitou-se com um saldo insignificante, de apenas €1.435,00, o que se traduz numa redução de cerca de 99% em relação aos 2 anos imediatamente anteriores.

A conta *Fornecedores – facturas em recepção/conferência* regista os documentos de despesa datados do ano da gerência, não lançados na conta *Fornecedores c/c*, nem contabilizados em termos orçamentais, pelo facto de se encontrarem ainda em conferência ou por terem sido recebidos posteriormente ao termo do ano económico.

Apresenta também uma redução significativa em relação aos 2 anos anteriores, ou seja, uma redução de aproximadamente 38% em relação a 2004 e de cerca de 41% em relação a 2005.

A conta *Fornecedores de imobilizado c/c*, no ano em análise, não obstante apresentar um débito superior ao que transitou de 2004, regista saldo muito inferior ao verificado no ano de 2005, o que corresponde a uma redução próxima dos 53%.

A conta *Fornecedores de imobilizado - facturas em recepção/conferência*, regista os documentos de despesa em situação idêntica à referida na conta *Fornecedores – facturas em recepção/conferência*.

Pelos motivos invocados nos documentos de prestação de contas do ano anterior, esta conta não tem relação com o ano de 2004.

Em relação ao ano imediatamente anterior ao da gerência, mostra-nos o quadro acima que, também aqui, se verifica uma redução da dívida a terceiros de cerca de 42%.

Quanto à conta *Fornecedores de imobilizado - contratos leasing*, não transita com qualquer saldo devedor, já que foi amortizada a totalidade da dívida que transitou do ano anterior e, no ano da gerência, não foi celebrado qualquer contrato leasing.

A conta *Fornecedores de imobilizado – outros contratos*, contabiliza o valor do custo estimado dos parâmetros instalados na área central da vila, ainda não amortizado no final gerência, apresentando também um decréscimo da dívida de aproximadamente 77% e 61% em relação à registada em 2004 e 2005, respectivamente.

No que concerne à conta *Estado e outros entes públicos*, regista os valores recebidos pela Câmara Municipal provenientes de impostos, taxas e outros rendimentos consignados a diversas entidades públicas, contabilizados por operações de tesouraria e que, por isso, não influem nas disponibilidades orçamentais nem na dívida da autarquia.

A conta *Outros credores*, referida no ponto 2.9 do quadro acima contabiliza, fundamentalmente, os valores das cauções prestadas em dinheiro, como garantia, a favor do Município, no âmbito de contratos de fornecimentos e de empreitadas de obras públicas, bem como outros valores consignados a diversas entidades privadas, todos eles movimentados por operações de tesouraria, pelo que também não afectam os recursos orçamentais nem a dívida efectiva do Município.

Do exposto resulta que a dívida a terceiros considerada em termos de contabilidade patrimonial orça em €4.513.718,32, apresentando um aumento de cerca de €772.000,00

em relação a 2004 e uma diminuição de aproximadamente €404.000,00, em relação a 2005.

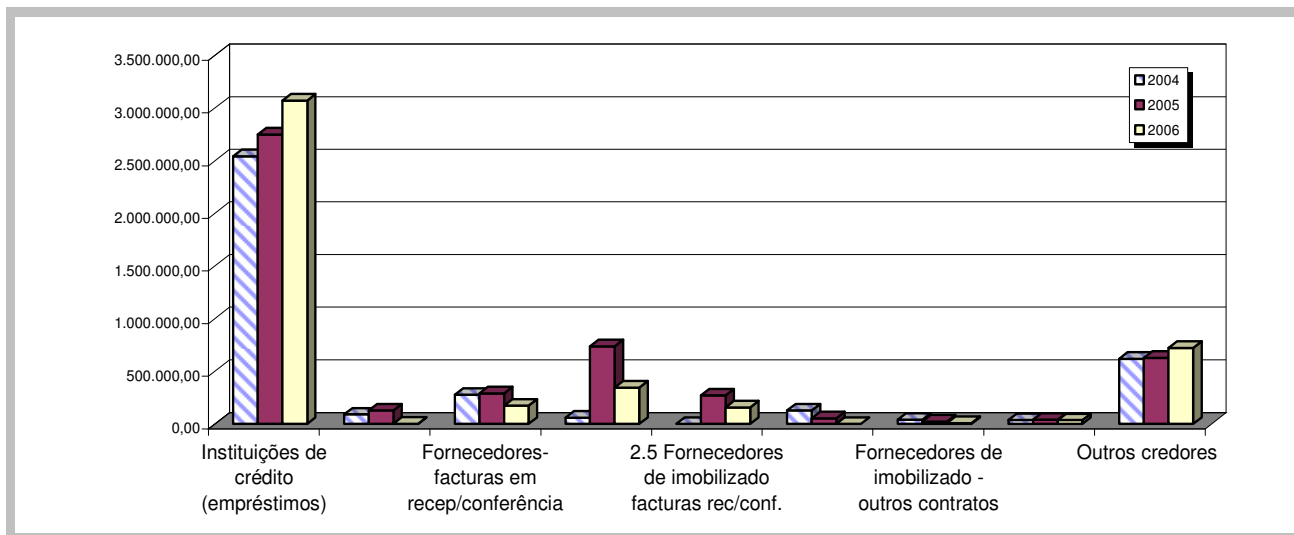
Já a dívida efectiva da autarquia, excluindo, portando, o valor dos rendimentos registados em contas consignadas, referidas nos pontos 2.8 e 2.9 do quadro acima, é de apenas €3.756.191,36.

Este valor, apesar de ser superior ao de 2004 e de ter sido onerado com o aumento da dívida proveniente de empréstimos, dada a utilização de capital no ano da gerência, apresenta, mesmo assim, uma redução em relação à dívida de 2005 de cerca de €495.000,00.

E se considerarmos apenas as dívidas a curto prazo a fornecedores e empreiteiros, expressas nos pontos 2.2 a 2.7 do quadro, o montante em dívida em 31 de Dezembro é de apenas €683.755,52, diminuindo, por isso, cerca de 54% em relação ao ano precedente.

De qualquer modo, as dívidas a fornecedores e a empreiteiros referidas no último parágrafo, com a excepção das relativas no ponto 2.7, que se referem aos parcómetros, e cujo pagamento está a ser efectuado de acordo com o contrato previamente estabelecido, estão actualmente liquidadas. Aliás, o saldo em dinheiro que transitou para a gerência do ano em curso, no valor de €522.846,39, cobria quase a totalidade dessa dívida.

O que acabamos de referir pode ser constatado no gráfico que se segue, onde é explicitada a evolução da dívida a terceiros durante os últimos três anos.



## 5. CONCLUSÃO

Da análise deste relatório extrai-se a seguinte conclusão:

1. Que a execução orçamental no ano da gerência atingiu, a nível da receita, a percentagem de 77,21% e, a nível da despesa, a percentagem de 75,70%;
2. Que as transferências do OE provenientes do Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Base Municipal foram, como sempre, as receitas que mais contribuíram para a execução orçamental;
3. Que as receitas e despesas evoluíram, em relação ao ano anterior, 12,68% e 4.62%, respectivamente;
3. Que, para além de se ter cumprido o princípio do *equilíbrio*, no ano da gerência foi possível economizar-se uma percentagem significativa das receitas correntes, cerca de 17% do seu valor global, e afectar o respectivo valor, na sua maior parte, à cobertura de despesas de capital;
4. Que a execução global das Grandes Opções do Plano no ano da gerência, atingiu a taxa de 70,46%, em termos financeiros, e a taxa de 101,29%, ao nível da execução material, valor que, neste último caso, excedeu as expectativas.
5. Que os indicadores de gestão reflectem uma situação económica e financeira da autarquia muito favorável, apesar do activo não traduzir ainda a totalidade do imobilizado que constitui o seu património;
6. Que a dívida a terceiros diminuiu significativamente, não obstante a utilização de capital de empréstimos, e que a dívida relativa a fornecedores e a empreiteiros se encontra hoje totalmente amortizada.



Arouca, 10 de Abril de 2007.

O Presidente da Câmara,

( *Eng.º José Artur Tavares Neves* )